



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Conselhos e democracia socialista

Anderson Deo

Como citar: DEO, A. Conselhos e democracia socialista. *In:* DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa: a transição socialista como atualidade histórica.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 73-98. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p73-98>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONSELHOS E DEMOCRACIA SOCIALISTA

Anderson Deo

“Hoje ainda é moda, após um ano de existência do novo regime, falar da Revolução Bolchevique como uma ‘aventura’. Muito bem, se for uma aventura, trata-se de uma das mais maravilhosas em que já se empenhou a humanidade.”

(John Reed, do prefácio de “10 dias que abalaram o mundo”)

INTRODUÇÃO

Passados cem anos da tomada do poder pelos bolcheviques, em 25 de outubro de 1917¹, as indagações sobre os acontecimentos e seus

¹ Nunca é demais lembrar que o Calendário Juliano era vigente na Rússia, devido à influência da Igreja Ortodoxa naquele país. Há uma diferença, de 13 dias a menos, entre o Calendário Juliano e o Gregoriano (este viria a ser adotado como oficial). De acordo com a datação do Calendário Gregoriano, a tomada do poder ocorreu em 7 de novembro de 1917.

desdobramentos são incontornavelmente renovadas e, acrescentamos, fundamentalmente necessárias. Para uma primeira aproximação, mesmo que de forma genérica, podemos afirmar que os processos históricos de maior relevância durante o século XX, reproduziram uma relação direta com a Revolução Russa de 1917 e a experiência de transição socialista que esta inaugurou. Como todo processo histórico, este foi movido por contradições – algumas se mostraram insuperáveis – que contingenciaram a reprodução social daquilo que podemos identificar como *o ser-precisamente-assim* da experiência soviética.

No presente trabalho proporemos uma introdutória discussão sobre a forma de organização política que se origina no processo da revolução, qual seja, a experiência dos *Conselhos* (Sovietes). Longe de qualquer pretensão original, nos apoiaremos em literatura já existente sobre o assunto, intentando destacar a *revolucionária energia criativa* contida nos conselhos, sua potencialidade enquanto forma de organização política na fase da transição, fundamentada na *democratização* das relações sociais em sua totalidade. Da forma como entendemos, tal análise deve ser mediada pelos acontecimentos históricos, o que nos possibilita identificar os avanços, os limites e as possíveis causas que levaram ao desaparecimento da experiência dos conselhos. A experiência histórica dos conselhos reproduziu uma nova forma de organização política, cujo objetivo seria, em última instância, a destruição/superação do Estado, tal como analisado por Lenin (1985a), na transição socialista e na construção do comunismo.

Essa proposição implica em uma análise que se fundamente no *ser-precisamente-assim* de uma formação social, levando em conta a dinâmica das contradições que operam no complexo de complexos constitutivos dessa totalidade mesma, sua legalidade interna, as forças sociais que a compõem e disputam sua direção. Como nos esclarece György Lukács (2008, p. 84):

O ser-precisamente-assim é, antes de mais nada, uma categoria histórico-social, ou seja, o modo necessário pelo qual se apresenta o jogo contraditório das forças socioeconômicas que operam em determinado momento no interior de um complexo social situado num estágio específico de seu desenvolvimento histórico.

Ao fundamentar nossa análise em tais elaborações, procuramos compreender a realidade histórica como processo em construção, resultante das lutas de classes, que superam antigas contradições, dando origem a uma nova realidade, também permeada por novas contradições. O que vale aqui questionar é se a forma e o conteúdo dessa nova realidade e, portanto, das contradições que ela origina, são/foram substancialmente distintas, no sentido de uma superação positiva, de acordo com as proposições para as quais foram movimentadas. No que diz respeito ao objeto em discussão no presente trabalho, trata-se de identificar se a *nova forma de democracia* que se intentou construir com a Revolução Bolchevique, baseada no governo dos conselhos, possuiu conteúdo e formas distintas da forma burguesa. Para tanto, é preciso considerar que não há forma política universal, que esteja desconectada de todos os outros complexos sociais em sua totalidade. Acompanhando ainda o argumento de Lukács, identificamos o equívoco analítico – ainda presente na práxis política de vários agrupamentos de esquerda – daquelas análises que propõem uma leitura da forma de governo constituída a partir de outubro de 1917, com as lentes da teoria liberal que sustenta a democracia burguesa, como se a democracia possuísse uma legalidade universal. Quando afirmamos acima a necessidade de compreensão da legalidade interna dos fenômenos histórico-sociais, referimo-nos ao fato de que toda realidade expressa, sim, uma *universalidade*, que não pode ser confundida com “leis universais”, pautadas em princípios e fundamentos petrificados, naturais e, portanto, a-históricos.

Compreender a *universalidade* da democracia que começou a ser constituída com os Conselhos implica em reproduzir – no plano intelectual de abstrações razoáveis – as mediações que aquele processo histórico (aquela universalidade) reproduziu em suas *particularidades e singularidades*, assim como, discuti-lo e analisá-lo como processo de *democratização* “dado que, também nesse caso segundo uma abordagem ontológica, trata-se sobretudo de um processo e não de uma situação estática” (LUKÁCS, 2008, p. 85). Tal fundamentação remete à seguinte questão, também sugerida por Lukács: à forma de dominação política identificada como democracia burguesa, corresponde uma forma de dominação econômica (e vice-versa) regida

pela propriedade privada dos meios de produção, pela exploração da mais-valia e pela troca mercantil. Assim sendo, à construção de uma nova forma de sociabilidade, com uma nova forma de organização política, que se fundamente na superação da forma burguesa e de todas as mazelas que a exploração do Capital sobre o Trabalho reproduz, não pode se pautar nos fundamentos políticos daquela lógica mesma, pois a legalidade interna da democracia burguesa está vinculada à forma de reprodução capitalista. Não é possível – pelo contrário, é um grave equívoco subsumido ao argumento liberal (consciente ou não) – analisar o processo da formação social na URSS “exigindo” ou “reivindicando” os fundamentos políticos burgueses da “liberdade, igualdade e fraternidade” como generalizações abstratas (MARX, 2005), autonomizando e hipostasiando estes princípios em relação à sua base material, mesmo considerando que, desde uma perspectiva histórica, “O evoluir de ordem capitalista abre a *possibilidade objetiva* da moderna democracia política” (NETTO, 1990, p. 76), o que significou um avanço em relação às formações sociais pretéritas, pois ampliou a possibilidade social da liberdade e da igualdade

[...] fundada na generalização do reconhecimento social da igualdade jurídico-formal dos indivíduos e comportando a incorporação de amplos segmentos sociais nos cenários de ação e intervenção sociais. Dependendo da capacidade de mobilização *organizada* destes segmentos – dependendo de sua *prática política* –, aquela possibilidade converte-se em realidade. (NETTO, 1990, p. 76).

Atentemo-nos para o aspecto que José Paulo Netto assinala, ao apontar o caráter de “generalização do reconhecimento social da igualdade jurídico-formal”. Na mesma trilha que Marx, Lenin e Lukács, Netto aponta para o caráter limitado do que denomina “democracia-método”, identificando seu *limite absoluto*: “[...] as estruturas econômicas capitalistas só são compatíveis com ordenamentos políticos democráticos no limite *restritos*, e manter esta restritividade é, para eles, questão vital” (NETTO, 1990, p. 77).

Sendo assim, é preciso analisar a experiência socialista que se inaugura com a Revolução de Outubro como um processo histórico

que, como tal, produz uma nova dinâmica dos complexos sociais, novas contradições, o que não significou, em grande medida, a superação de processos anteriores – ou que estes não limitaram de maneira dramática os desdobramentos e avanços do processo de transição.

Outro elemento digno de nota nestas linhas introdutórias aponta para o equívoco, em nosso entendimento, das análises que procuram individualizar ou “psicologizar” os acontecimentos e processos históricos. No caso da história da URSS tais procedimentos são recorrentes, produzindo aquilo que poderíamos identificar como um “culto à personalidade às avessas”. Com isso não descartamos que os indivíduos possuem um papel na história e que suas ações possuem consequências, sobretudo quando estes ocupam papel relevante em um determinado processo histórico, pois como afirma Kotic (1991, p. 7) “O indivíduo se faz histórico na medida em que sua atividade particular tenha um caráter geral, quer dizer, na medida em que de sua ação se desprendem consequências gerais”. Fundamental no argumento que apresentamos é a constatação que processos históricos são permeados de decisões individuais, mas estas não se reproduzem individualmente. Portanto, compreender o período por nós aqui debatido, implica em analisar as posições individuais no conjunto da luta de classes que se reproduzia naquele momento mesmo².

A REVOLUÇÃO NO ELO DÉBIL DA CADEIA IMPERIALISTA

Ao se debruçar sobre a particularidade histórica do desenvolvimento capitalista na Rússia, Lenin (1982) nos oferece uma minuciosa análise das transformações econômico-sociais ocorridas naquele país, a partir de 1861³. O resultado desse primeiro grande esforço de sistematização intelectual veio a público em 1899, com o título de *O desenvolvimento do*

² O interregno por nós aqui discutido não abordará o período histórico em que Stálin esteve à frente do governo da URSS (1922-1953). Faremos referência ao fenômeno histórico do stalinismo quando necessário ao debate que propomos sobre a democratização. De qualquer forma, é preciso apontar que o equívoco da “individualização” e “psicologização” que apontamos acima, reproduz-se, sobretudo, em relação à figura histórica de Stálin e ao stalinismo. O que não significa isentá-lo de seus atos individuais, tampouco dos desdobramentos das decisões de seu governo. Afirmamos, com isso, a necessidade de análise que busque a compreensão dos processos históricos em sua totalidade.

³ Em 1861, o governo do czar Alexandre II promove uma Reforma Camponesa. Entre suas principais medidas, destaca-se a abolição da servidão no campo.

capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. O contexto em que a obra se inscreve era marcado pela análise das correntes populistas, que hegemonizavam as discussões no plano ideológico e teórico⁴.

Quando confronta as teses do pensamento populista, sobre as possibilidades do desenvolvimento capitalista na Rússia, Lenin procura compreender e dilucidar a dinâmica fundamental das transformações econômicas e sociais introduzidas com a Reforma Camponesa de 1861. Avalia que o capitalismo encontrava-se em franco processo de afirmação no país, ao mesmo tempo em que reproduzia um conteúdo de atraso, quando comparado aos centros capitalistas do ocidente. Diferentemente dos populistas, que identificavam a economia rural e as instituições camponesas essencialmente como formas anticapitalistas – devido à produção autossuficiente, o que bloquearia o desenvolvimento do mercado interno –, procura demonstrar que a penetração de práticas capitalistas no campo russo, cria as condições para formação de uma mão-de-obra livre e assalariada – na medida em que desintegra a comunidade camponesa –, que seria o embrião do proletariado tipicamente capitalista. Portanto, o empobrecimento em larga escala da maior parte da população camponesa não se constituiria como um entrave ao desenvolvimento capitalista, pois este, na particularidade russa, dependeria das demandas originadas pelos próprios capitalistas, qual seja: a crescente transformação de mais-valia em capital constante, com o rápido crescimento do setor de bens de capital. Assim, Lenin afirma que o decisivo para o desenvolvimento capitalista é o grau do consumo produtivo, ou seja, a demanda dos meios de produção, e não a capacidade de consumo das massas camponesas, como pretendiam os teóricos populistas⁵.

⁴ Um delineamento geral, rico em informações e com importantes sugestões de análise de todo esse contexto, assim como da obra em si, pode ser encontrado na *Introdução* que José Paulo Netto nos oferece ao texto, datada de 1979 (NETTO, 1982).

⁵ Foge totalmente aos propósitos do presente trabalho o aprofundamento analítico da obra de Lenin em questão, bem como todo o debate da esquerda democrática e revolucionária russa com as teses populistas. Tal observação se faz necessária para que fique claro que a riqueza do debate, assim como da obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, é muito maior e mais ampla do que aquela que aqui sinteticamente tentamos apontar. Portanto, aos que pretendem se aprofundar na temática, os apontamentos por nós oferecidos devem ser tomados em seu caráter apenas sumário.

Ao longo dessa obra, a partir de um exaustivo e minucioso levantamento empírico – que transcende qualquer forma de descrição empirista –, o jovem revolucionário compreende que, mesmo em franco desenvolvimento, o capitalismo russo não reproduz a mesma dinâmica dos centros ocidentais. Assim, quando comparado aos outros países da Europa, no sentido próprio do momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas, a Rússia encontrava-se em condição de profundo atraso econômico, com uma multiplicidade de relações sociais, devido à absorção de antigas formas (camponesas, sobretudo), e sua recomposição em função das relações sociais propriamente capitalistas⁶, que se refletiria, também, na subjetividade média do povo russo, expressando seu baixíssimo nível cultural. Consta, no entanto, que a dinâmica capitalista russa se integra perfeitamente ao modo de produção que se universaliza, desenvolvendo especificidades próprias naquela realidade nacional. Portanto, sua leitura propõe uma análise totalizante, partindo das múltiplas determinações das relações que se desdobram na particularidade daquele país, compreendendo assim, sua realidade concreta.

Também Trotsky (2007), em sua *História da Revolução Russa*, inicia sua obra abordando o caráter particular do desenvolvimento do capitalismo russo. Apoiando-se na tese marxiana de que a universalização de um modo de produção se reproduz a partir de particularidades específicas, dando origem a singularidades, também específicas, o autor propõe uma rápida, porém precisa síntese do desenvolvimento da civilização russa desde a antiguidade, assinalando para o caráter *desigual e combinado* desse processo⁷. Ao retomar o argumento elaborado por Vico, sobre a teoria da reiteração dos ciclos históricos⁸, que aponta para o fato de características específicas de formações pré-capitalistas – e até mesmo

⁶ Aquilo que Marx identificou como o processo de passagem da subsunção formal à subsunção real do Trabalho ao Capital (MARX, 1978, p. 51-70).

⁷ Nas palavras do próprio autor: “O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela a nós, em nenhuma parte, com a evidência e a complexidade com que lhe marca o destino dos países atrasados. Açotados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar através de saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura se deriva outra que, na falta de um nome mais adequado, qualificaremos como lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas.” (TROTSKY, 2007, p. 31).

⁸ Giambattista Vico (1974) *Princípios de uma ciência nova*.

as primeiras experiências capitalistas – se repetirem, de certa forma, nos novos ciclos históricos, argumenta sobre a necessidade de superação de tais elementos, posta pelo desenvolvimento capitalista, condição fundamental à universalidade do desenvolvimento humano. Sendo assim, exclui-se a possibilidade de que se repitam as formas específicas nas distintas particularidades nacionais, pois esse processo de superação reproduzir-se-á de acordo com as especificidades de cada país.

O preâmbulo teórico de Trotsky aponta para um elemento fundamental do modo de produção capitalista: dado seu caráter universalizante, os países atrasados eliminam/saltam estágios de desenvolvimento, para tentarem, de alguma forma, acompanharem a dinâmica dos países desenvolvidos. Daí decorreria o fato de que, analisado em sua totalidade, o desenvolvimento histórico de uma nação atrasada apresentar um caráter confuso, híbrido, misto. Acompanhando a leitura leniniana (LENIN, 1983), podemos identificar a existência de *vias*, caminhos históricos distintos de desenvolvimento ao capitalismo. Portanto, e aqui encontramos uma aproximação nítida na leitura de ambos, a forma pela qual se desenvolve o capitalismo na Rússia, sua *via de desenvolvimento*, reproduz uma particularidade distinta daquela nos países de *via clássica*, tais como Inglaterra, Estados Unidos e França, por exemplo.

O que observamos através da análise de nossos autores é que a particularidade russa objetiva uma articulação política – *pelo alto* – entre a antiga nobreza, representada na figura autocrática do czar, uma nova nobreza que está se aburguesando (burocracia) devido à penetração do capitalismo naquele país e, por fim, os grandes proprietários de terras – Trotsky (2007, p. 33) os identifica como liberais. O “impotente liberalismo burguês” ficou reduzido a um “papel de comparsa”, subsumido ao caráter agrário do desenvolvimento capitalista na Rússia. Observa-se, portanto, que a forma como o ideário burguês é reproduzido aponta para a constituição de uma burguesia que nasce subsumida ao complexo social agrário, diferentemente dos países de *via clássica*, onde esta classe social rompe radicalmente com a “ordem rural” pretérita. Num grande “conchavo” que exclui a perspectiva de ampliação e absorção de direitos aos trabalhadores, não se verifica nenhum momento de ruptura radical

da ordem estabelecida. Pelo contrário, é o historicamente velho que vai se modernizando. Em linhas gerais, Lenin caracteriza esse processo como o da *via prussiana* de objetivação do capitalismo. Esse caráter *desigual* do desenvolvimento histórico russo está *combinado* com a dinâmica própria de reprodução do capital na medida em que desenvolve o setor industrial e, portanto, relações sociais propriamente capitalistas. Apesar de seu tardio nascimento, adapta o atraso ao rápido desenvolvimento tecnológico, “saltando” as etapas primárias da formação da indústria, o que permitiu um desenvolvimento muito acelerado em alguns momentos. Trotsky (2007, p. 33) aponta que entre 1905 e 1914 a produção industrial dobrou. De qualquer forma, a participação da indústria na composição da riqueza nacional era ainda muito baixa. A constatação de que, em 1917, 80% da população vivia no campo e que a agricultura se mantinha quase no mesmo nível produtivo do século XVII – com raríssimas exceções – nos dá a dimensão do atraso societal em que estava inserido aquele país. Ao mesmo tempo em que as cidades industriais, tais como São Petersburgo e Moscou, apresentavam índices industriais comparados aos do Ocidente.

Ainda se referindo às transformações introduzidas pelo capitalismo, Trotsky aponta para o fato de que a penetração do capital financeiro – mesmo com todo esse atraso que acima sumariamente descrevemos – se realizou num ritmo e proporções talvez não verificáveis em outros países naquele momento histórico. Com intensa participação do capital estrangeiro – cerca de 40% do capital invertido em ações (TROTSKY, 2007, p. 34) –, o que viria a se constituir como elemento decisivo para as disputas imperialistas, a burguesia que desse processo se constituiu possuía características específicas: boa parte são estrangeiros; não há camadas intermediárias entre a burguesia e o povo; não apresenta um conteúdo historicamente revolucionário. Devido a tais características, essa burguesia em formação esteve sempre a reboque, subsumida a autocracia do czar e aos grandes proprietários de terra. Por sua vez, o proletariado russo tem sua base social no camponês, e não no artesão, como ocorrera nos polos centrais de desenvolvimento capitalista. Devido ao rápido processo de formação dessa classe social, as transformações das condições de vida e das relações sociais se reproduziram de forma repentina.

Em linhas gerais, essa era a conformação societal russa no alvorecer do século XX. Tais elementos são fundamentais à compreensão das condições histórico-subjetivas que possibilitaram a eclosão da Revolução Bolchevique de 1917. Assim como analisado por Marx (2015) desde seu *Manuscritos econômico-filosóficos*, a dinâmica própria do modo de produção capitalista traz consigo, como *conditio sine qua non* de seu desenvolvimento, o caráter da *universalização* do trabalho, da produção e do mercado, elevando a condição humana a um patamar objetivo-subjetivo também universalizado, à condição de gênero humano – mesmo que esse se reproduza de forma estranhada e alienada, dado o caráter da propriedade, da divisão e exploração do trabalho no modo de produção capitalista. Mesmo que tenha apontado de forma seminal para essa característica, Marx não viveu o suficiente para observar tal universalização histórico-concreta. Coube a Lenin (1984) em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo* observar e analisar esse processo, apontando para o fato de que essa característica, a da universalização das relações sociais, efetivou-se na forma imperialista, que através da conquista e da rapina de territórios expande as relações sociais capitalistas para todo o planeta. Eis um dos elementos que permitiu ao revolucionário russo identificar essa fase como “superior”⁹ no desenvolvimento do capitalismo. Da mesma forma, as mazelas e contradições reproduzidas por esse modo de produção se agudizam, se explicitam e se universalizam, abrindo a possibilidade da revolução nos “elos débeis da cadeia imperialista”, apontando para o caráter, a necessidade e a possibilidade da revolução proletária internacional.

A ENERGIA CRIATIVA DA DEMOCRACIA SUBSTANTIVA: OS CONSELHOS

É nesse contexto histórico-social que eclode, em 1905, a revolução social que começaria a abalar as estruturas políticas da autocracia czarista. A dinastia Romanov estava há 300 anos à frente do comando político da Rússia, concentrando poderes absolutos em torno do Czar, o que o caracterizaria como um governo explicitamente autocrático, segundo

⁹ Não se deve tomar a expressão em sentido moral. Trata-se de compreender que é uma fase que supera o momento da “livre-concorrência” ao estabelecer o capital monopolista. Aliás, a segunda é resultante e consequência direta da primeira, como demonstra Lenin (LENIN, 1984, p. 291-293).

Lenin¹⁰. O quadro de miséria social se espalhava pelas áreas urbanas e, principalmente, entre os camponeses da Rússia, reproduzida pela forma particular do desenvolvimento capitalista daquele país, tal como indicado acima. Some-se ao quadro de extrema crise o fato de o Império Russo declarar guerra ao Império Japonês, numa disputa que envolveu o território da Manchúria e parte do território chinês, conflito este que se estendeu entre 1904 e 1905¹¹.

Em dezembro de 1904, diante do aprofundamento do quadro geral de crise –impulsionado pelos “esforços de guerra” – trabalhadores de São Petersburgo organizaram grandes greves e mobilizações. Sob a influência do padre ortodoxo George Gapon, milhares de trabalhadores marcharam em direção ao Palácio de Inverno, em 9 de janeiro de 1905 (22 de janeiro pelo Calendário Gregoriano), levando uma petição redigida pelo próprio Gapon, onde se reivindicava melhores condições de salários, redução da jornada de trabalho, fim das horas extras obrigatórias, o fim da guerra com os japoneses e a introdução do sufrágio universal. Apesar de pacífica e com contornos religiosos, a multidão foi recebida a tiros redundando no episódio conhecido como o “Domingo Sangrento”. Ao czar Nicolau II, que havia partido de São Petersburgo no dia anterior, foi atribuída a responsabilidade pelo massacre e como resposta, trabalhadores do campo e das principais cidades russas se levantaram em protesto contra o governo do czar, dando início a revolução. Em junho de 1905, marinheiros da Frota do Mar Negro, também se rebelaram contra a autocracia czarista. O episódio conhecido como o levante do Encouraçado Potemkin imprimiu contornos militares ao processo revolucionário, o que seria decisivo para os desdobramentos posteriores, pois indicava uma clara oposição de parte das forças armadas em relação ao governo central.

É no transcurso do processo revolucionário que se abre em 1905, que surgiram as primeiras experiências dos Conselhos. Tal como nos

¹⁰ Na verdade, o debate sobre o caráter do Estado autocrático, sua natureza e contornos históricos, estava presente entre os revolucionários russos do início do século XX. Como nos indica Tamáz Krausz, quando o autor nos apresenta de forma detalhada as posições dos revolucionários russos a respeito do caráter do Estado e os possíveis caminhos à organização política revolucionária (KRAUSZ, 2017, p. 137-152).

¹¹ A derrota russa foi acachapante. Os conflitos se estenderam entre fevereiro de 1904 e setembro de 1905. Com a vitória, o Japão passaria a figurar como protagonista nas disputas imperialistas do começo do século XX.

aponta Luciano Martorano, vários especialistas sobre o tema consideraram paradoxal o fato de que os Conselhos tenham surgido em um país “onde não havia tradição na organização de sindicatos, de partidos e de parlamento” (MARTORANO, 2011, p. 45). É possível compreender o que causa a aparente falta de nexo quando consideramos o caráter autocrático do poder político exercido pela monarquia czarista – ao que já nos referimos –, onde nenhuma prática liberal progressista, ao modo dos casos clássicos de uma revolução burguesa, teve espaço ou penetração social, sobretudo pela composição política que a própria burguesia assumiu e reproduziu no desenvolvimento do capitalismo russo. Foi, portanto, a necessidade da luta cotidiana que impôs a revolução, o elemento impulsionador de uma nova forma de organização política dos operários, camponeses e também de militares¹². Mas se em sua origem essa nova forma de organização política possuiu um caráter espontâneo, no sentido mesmo da reivindicação das necessidades cotidianas dos trabalhadores, no período de um pouco mais de 10 anos se transformaram no principal instrumento político da Revolução Operário-Camponesa. Martorano (2011, p. 45-46) assim sintetiza:

Organismos surgidos a partir das necessidades mais imediatas dos trabalhadores em luta pelos seus direitos socioeconômicos, eles (os Conselhos) rapidamente foram desempenhando um papel político na luta contra o regime tzarista, até se tornarem embriões de um novo poder revolucionário.

O mais importante Conselho surgido da Revolução de 1905 foi o da cidade de São Petersburgo, que contou com a direção de Leon Trotsky. Apesar de sua curta duração (de 13 de outubro a 3 de dezembro de 1906), teve um papel fundamental não só nas lutas travadas naquele período, mas também como aprendizado político ao movimento revolucionário – sobretudo aos debates no interior do Partido Bolchevique, então na ilegalidade – pois apontava para uma forma totalmente alternativa de organização do poder, pautada na democracia operária, com participação direta dos trabalhadores. Em sua apresentação à coletânea *Teoria e prática dos conselhos operários*, Milton Pinheiro argumenta que Trotsky compreendeu

¹² Uma possível explicação sobre as primeiras formas de organizações dos trabalhadores aponta para a tradição das assembleias comunais, organizadas pelos camponeses.

de forma precisa a diferenciação dos Conselhos “qualificando-a como ‘órgão de poder’ e afirmando de forma contundente que o ‘conselho era a organização do proletariado; seu objetivo era a luta pelo poder revolucionário’ ” (PINHEIRO, 2013, p. 12). Importante ressaltar que o Conselho de São Petersburgo era o instrumento de organização dos trabalhadores durante o processo da revolução, numa das maiores e mais importantes cidades industriais da Rússia de então, e que a maioria de sua população, mulheres e homens, era composta por proletários (reunia em sua organização cerca de 200 mil pessoas). Organizar as greves, resistir à repressão policial da ordem autocrática, ocupar as fábricas e produzir a partir das demandas discutidas pelos próprios trabalhadores, questionando frontalmente e desorganizando a burocracia estatal oficial, estiveram entre as principais demandas do Conselho em sua curta duração. Não resistiu ao influxo reacionário e à repressão do regime monárquico, que contou com o recuo da burguesia liberal, sempre vacilante e disposta a conciliar com o “historicamente velho”, sobretudo após a criação da Duma¹³, em maio de 1906. Assim, os Conselhos foram dissolvidos, suas lideranças perseguidas, presas e exiladas.

Importante aprendizado dessa experiência pode ser observado na passagem a seguir:

Se o proletariado, bem como a imprensa reacionária, chamavam-no de ‘governo operário’, isso correspondia ao fato de que o conselho realmente representava o embrião de um governo revolucionário. O conselho exercia o poder na medida em que ele já se encontrava em suas mãos; ele lutava pelo poder na medida em que ele ainda se concentrava nas mãos do Estado policial-militar [...] E mais ainda: ele ligava a luta pelo poder com a direção direta do conjunto da atividade social das massas trabalhadoras (TROTSKY, 2013, p. 59-60).¹⁴

¹³ A Duma de Estado era o órgão de representação na Rússia. Convocada inicialmente como órgão consultivo, absorveu funções legislativas conferindo contornos constitucionais jurídico-formais à monarquia russa. Na prática, não exerceu poder real, sendo controlada pelo monarca.

¹⁴ Trotsky (2013, p. 61) ainda aponta que “O conselho de deputados operários proclamou a liberdade de imprensa. Ele organizou o patrulhamento das ruas para garantir a segurança dos cidadãos. Em maior ou menor medida, ele exerceu o domínio sobre os correios, os telégrafos e as ferrovias. Ele empreendeu a tentativa de tornar obrigatória a jornada diária de oito horas de trabalho. Ao paralisar o Estado absolutista com o movimento grevista, ele introduziu a sua própria ordem democrática na vida da classe trabalhadora das cidades”.

Tais elementos viriam a ser fundamentais às lutas futuras do movimento revolucionário russo. Sobretudo no momento de ascenso revolucionário que se iniciaria a partir de fevereiro de 1917. No entanto, entre 1906-1907 e fevereiro de 1917, observamos um período de intensa repressão no país, reafirmando o poder autocrático da monarquia, representado na pessoa do czar. Além do contexto interno, de perseguição implacável aos revolucionários russos, as disputas imperialistas internacionais desembocaram no primeiro conflito armado em escala planetária, a partir de julho de 1914, tendo o Império Russo como um de seus protagonistas.

A participação da Rússia na 1ª Guerra Mundial agravou profundamente as condições econômicas dos trabalhadores, tensionando cada vez mais as relações sociais no país. A escassez de alimentos se generalizou já nos primeiros anos do conflito. No fronte externo, a Rússia sofria grandes derrotas – sobretudo após a ofensiva alemã, a partir de 1915 – contribuindo decisivamente para a insatisfação que se passou a observar no interior das forças armadas. É nesse contexto que em fevereiro de 1917 as trabalhadoras de Petrogrado¹⁵ se insurgiram num movimento grevista que seria o estopim de grandes manifestações e de um novo empuxo revolucionário. Rapidamente o movimento se expande para o campo e conta com apoio de importantes contingentes nas forças armadas. É nesse momento que a experiência dos Conselhos foi retomada, agora com maior organicidade e amplitude social, pois contava com a participação de operários, camponeses e soldados. O resultado imediato desse processo foi a deposição do czar Nicolau II, em 2 de março de 1917 (15 de março, no calendário gregoriano).

Podemos caracterizar a Revolução de Fevereiro como o momento de estabelecimento de uma República Democrática, de caráter liberal, portanto burguesa, condicionada às particularidades societárias russas. A revolução se inicia, antes de mais nada, contra a guerra em curso, a

¹⁵ A cidade de São Petersburgo passou a ser chamada Petrogrado a partir de 1914. É na então capital do Império Russo que, em 23 de fevereiro (8 de março no calendário gregoriano), milhares de trabalhadoras – principalmente da indústria têxtil – se reúnem em grandes manifestações, a propósito do Dia Internacional das Mulheres, dando origem ao processo revolucionário que culminaria, num primeiro momento, com a queda do czar Nicolau II.

crise econômica e a carestia que dela se desdobravam. Seu caráter quase que espontâneo se expressou na imensa adesão popular. Os filhos dos trabalhadores e camponeses russos em idade de serviço militar estavam sendo tragados e dizimados pela máquina da guerra. Às mulheres restavam o fardo de manterem com seu trabalho a economia do país, o que motivou seu papel de vanguarda no processo iniciado em fevereiro.

Mais uma vez, não por acaso, o “Conselho de Deputados de Trabalhadores e Soldados de Petrogrado”, assim oficialmente denominado, exerceu papel fundamental no processo revolucionário, organizando as greves, ocupações de fábricas, a defesa dos trabalhadores, manifestações de massa. Para além desse caráter de agitação política propriamente, o Conselho de Petrogrado passa a exercer a função executiva e legislativa, chocando-se frontalmente com o poder político institucional.

O período que vai de fevereiro a outubro de 1917 é de uma riqueza política singular para história e para as lutas – portanto, de aprendizado – do movimento revolucionário mundial. As discussões sobre os caminhos a serem tomados, os rumos e o caráter da revolução foram intensas e extremamente polêmicas, inclusive entre os bolcheviques. Em síntese, o debate se pautava pela proposta de avançar na revolução, defendendo uma radicalização do processo em direção ao socialismo, ou manter a revolução nos marcos do ideário liberal, democrático-burguês. O alcance do presente trabalho nos faz passar ao largo da discussão da luta interna no movimento revolucionário russo. De qualquer forma é preciso apontar (nunca é demais) que a genialidade política de Lenin foi fundamentalmente relevante nesse processo, sobretudo quando o mesmo capta a dinâmica da luta de classes na Rússia naquele preciso momento, e aponta alternativas que encontraram eco e grande apoio na massa de trabalhadores. Eis o elemento fundamental: sem a adesão massiva de trabalhadoras e trabalhadores, a Revolução Bolchevique não triunfaria¹⁶.

¹⁶ Como afirmado, é impossível tratarmos aqui das distintas posições políticas no interior do movimento revolucionário russo. Estas, aliás, remontam ao momento da própria formação do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), em 1898. Lenin, desde sua polêmica com os Populistas, que daria origem a obra *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, como apontado acima, coloca-se num esforço constante de compreensão do processo histórico e de como a particularidade russa reproduz uma especificidade concreta nas lutas de classes. Esse será o *ethos* de sua obra, que lhe conferiu seu conteúdo revolucionário. Não é factível – e mesmo desnecessário –, até para não incorrerem em imprecisões e lacunas, emprendermos mesmo que sumariamente a descrição da

Ao analisar a *Estrutura do sistema soviético*, em texto de 1918, o jornalista John Reed (2013, p. 190) nos oferece elementos para compreensão da organização interna e da constituição dos Conselhos:

O soviete é baseado diretamente nos trabalhadores dentro das fábricas e nos camponeses no campo. [...] No começo, os delegados dos sovietes de trabalhadores, soldados e camponeses eram eleitos a partir de regras que variavam de acordo com as necessidades e a população de várias localidades. [...] Até fevereiro de 1918 qualquer um poderia votar nos delegados dos sovietes. Até burgueses foram aceitos [...]. Em março último, a formação dos sovietes foi organizada em detalhes e aplicada universalmente. Ela restringiu o direito de voto ao “cidadão da República Socialista Russa de ambos os sexos com dezoito anos completos no dia da eleição [...]”. Todos que adquirem seus meios de vida através do trabalho produtivo e útil à sociedade e que são membros dos sindicatos [...]”.

Observa-se que o princípio orientador da constituição dos Conselhos se fundamentava na iniciativa de atribuir ao conjunto dos trabalhadores (inicialmente até mesmo aos burgueses que se organizassem e solicitassem participação) o poder de discutir, decidir e executar os assuntos pertinentes à dinâmica social em sua múltipla diversidade. Ou seja, o que estava em processo era a constituição de uma forma de governo substantivamente nova, alicerçada numa perspectiva democrática igualmente original.

Ao se referir ao mais importante dos Conselhos, o de Petrogrado, Reed (2013, p. 190-191) descreve assim sua organização:

Ele era formado por 1200 deputados, aproximadamente, e, em circunstâncias normais, se reunia a cada duas semanas. No período entre as sessões elegia um Comitê Executivo Central de 110 membros baseado na proporcionalidade dos partidos, e esse Comitê Executivo

obra leniniana e sua conexão concreta com a luta política no contexto em que este se inseria. De qualquer forma, é preciso apontar que as análises reproduzidas nos textos redigidos no “calor dos acontecimentos” entre fevereiro e outubro de 1917, tais como *Cartas de Longe* (março), *Teses de abril* (abril) e *O Estado e a revolução* (agosto), foram decisivos para os desdobramentos vitoriosos da Revolução Bolchevique. Como apontado por Antonio Carlos Mazzeo, Lenin orientou sua ação revolucionária por uma “[...] permanente preocupação em dar *respostas concretas para situações concretas*, fundamentalmente no que se refere ao problema da organização do movimento operário e da elevação da consciência dos trabalhadores[...]” (MAZZEO, 2015, p. 44), orientando suas contribuições no sentido a oferecer “soluções de práxis” ao processo histórico em que esteve inserido.

Central podia convidar delegados dos comitês centrais de todos os partidos políticos, dos sindicatos, dos comitês de fábrica e outras organizações democráticas.

E continua sua descrição apontando que “além do grande soviete da cidade havia também os sovietes de *Rayon* (bairros)” (REED, 2013, p. 191). A representatividade e a participação dos trabalhadores eram fundamentais, reproduzindo o caráter de poder popular que emergiu durante o período revolucionário que redundou na Revolução de Outubro. Sobre a atuação dos Conselhos no momento da sua retomada (fevereiro-outubro de 2017), faz-se necessário um último apontamento.

Com a queda do czar Nicolau II e proclamação da república, estabeleceu-se um governo provisório comandado pelo príncipe Gyorg Lvov e Alexander Kerenski, respectivamente, Primeiro-ministro e Ministro da Guerra. Diante da nomeação de um nobre latifundiário e da permanência da Rússia na 1ª Guerra, ratificada por Kerenski, o Conselho de Petrogrado passou a propor medidas que se chocavam diretamente com o poder político institucionalmente estabelecido. Numa clara iniciativa de desobediência civil, passou a dar ordens aos soldados para que obedecessem ao Conselho – que os representava, inclusive – ao invés de cumprir as ordens do governo provisório. Inicia-se, então, um período onde observamos uma “dualidade de poderes”. Lenin (1985b, p. 132) assim o definiu:

Em que ao lado do Governo Provisório, o governo da *burguesia*, se formou *outro governo*, ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de facto e em desenvolvimento: os sovietes de deputados operários e soldados.

Sobre o caráter de classe e o conteúdo político, continua:

Qual a composição de classe deste outro governo? O proletariado e os camponeses (vestidos com a farda de soldados). Qual o caráter político deste governo? É uma ditadura revolucionária, isto é, um poder que se apoia diretamente na conquista revolucionária, na iniciativa imediata das massas populares vinda de baixo, e *não na lei* promulgada por um poder de Estado centralizado. (LENIN, 1985b, p. 132-133).

Eis o elemento que imprime um caráter substancialmente distinto à democracia inaugurada pelos conselhos, o diferenciando totalmente “do poder que geralmente existe nas repúblicas parlamentares democrático-burguesas [...] da Europa e da América” (LENIN, 1985b, p. 133). Aqui se fundamenta de fato, concretamente, um governo de novo tipo, uma democracia com nova substância política, fundada e amparada na decisão da maioria *realmente-existente* da composição social russa. Ao mesmo tempo, operários ocupam as fábricas pelo país, assim como os camponeses tomam sob seu controle a propriedade fundiária. O que se observa é a disputa pela hegemonia, ou a construção de uma nova hegemonia, expressa claramente pela dualidade de poderes instaurada pelos Conselhos.

Lenin retorna do exílio em abril, desembarcando na Estação Finlândia. Trotsky retornaria em maio e seria, a partir de julho, o responsável pela organização da Guarda Vermelho. Mais uma vez, é preciso apontar que as posições políticas do movimento revolucionário não eram homogêneas, unificadas. A posição de mencheviques, socialistas-revolucionários e bolcheviques eram distintas. Em linhas gerais, os mencheviques apoiavam o governo provisório; socialistas-revolucionários e a maioria dos bolcheviques apostavam no avanço da democracia liberal-burguesa, exigindo a saída da Rússia da guerra – o que só se efetivou com a tomada do poder pelos bolcheviques. É a partir das “jornadas de julho” que os bolcheviques passam a exercer o papel de maioria entre as massas de trabalhadores, assim como no interior dos Conselhos. Nesse processo, a leitura de Lenin será fundamental para unificar os bolcheviques em direção à tomada do poder e à revolução socialista¹⁷. Em 25 de outubro, com a palavra de ordem “Todo poder aos Sovietes!”, os bolcheviques tomam o Palácio de Inverno.

¹⁷ Diante de mais uma derrota do exército russo em ofensiva durante a Primeira Guerra, as massas de trabalhadores se rebelam e tomam as ruas de Petrogrado. A repressão do governo provisório conseguiu frear o movimento. Kerenski assume a direção do governo provisório e é pressionado a reprimir e perseguir os bolcheviques, mas, enfraquecido politicamente, não leva adiante as prisões e julgamentos. Em agosto, o general Lavr Kornilov foi nomeado Comandante-em-Chefe do Exército Russo. Este planeja um golpe militar para esmagar o movimento revolucionário e reestruturar o governo provisório, contando com apoio de países da Entente, sobretudo dos britânicos. Os bolcheviques denunciam Kornilov e conclamam a população e os soldados do exército oficial, assim como os deputados dos Conselhos, a se levantarem contra o general golpista. Kornilov é derrotado e preso e os bolcheviques passarão a protagonizar a tomada do poder.

Contraditoriamente, a força criativa que dá origem ao poder popular e impulsiona o Partido Bolchevique como a vanguarda do processo revolucionário, passou a perder sua força político-social no momento em que se toma o poder. Dito de forma direta, a partir da chegada ao poder pelos revolucionários, os Conselhos e a *democracia substantiva* que essa experiência originou, passaram a perder espaço na composição política e nas deliberações do novo governo. A questão do Estado na transição ao comunismo, parece-nos aqui fundamental¹⁸. Ao discutir a destruição do Estado na fase da transição, Lenin aponta que esta forma institucional de dominação político-jurídica da classe burguesa deve ser dissolvida, sendo substituída por um semi-Estado, que pelo seu caráter e conteúdo já deixa de ser Estado, pois sua “máquina quebrada” seria substituída por uma “democracia mais completa”, na medida em que

[...] significa a substituição gigantesca de umas instituições por instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui observa-se exatamente um dos casos de ‘transformação da quantidade em qualidade’: a democracia realizada de modo tão completo e consequente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária, de Estado (= força especial para repressão de uma classe determinada) em qualquer coisa que já não é, para falar propriamente, Estado. (LENIN, 1985a, p. 222-223).

Da forma como entendemos, aquilo que aqui denominamos como *democracia substantiva*, estaria presente – mesmo que em sua forma embrionária – nos Conselhos e sua forma de organização. Essa forma política fundamentou não só o processo revolucionário em seus momentos

¹⁸ Importante relembrar que o tema esteve presente nas formulações de Marx e Engels desde seus textos do assim chamado período de “juventude”, percorrendo todo o itinerário teórico-prático posterior de ambos. Mesmo que tal elaboração tenha passado por correções, amadurecimentos e refinamentos analíticos, a discussão sobre a forma política a ser criada em substituição ao Estado no socialismo – a fase transitória ao comunismo – esteve presente explicitamente em obras como *Manifesto Comunista*, de 1848, *Guerra Civil na França*, quando Marx analisa o conteúdo, o significado e os desdobramentos da Comuna de Paris, de 1871, assim como na *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875. Lenin retomou tais discussões – principalmente sobre a experiência da Comuna – em suas elaborações sobre o *Estado e a revolução*, no bojo dos acontecimentos revolucionários e da tomada do poder, como já apontado aqui.

decisivos, como também serviria de arrimo político-social à construção do governo na transição socialista¹⁹.

No entanto, como nos demonstra Martorano (2002), a extinção do Estado não é um ato espontâneo, dependendo diretamente da ação consciente dos revolucionários e de sua composição social, na luta cotidiana contra a antiga burocracia estruturada no aparato estatal. No caso da Rússia governada pelos bolcheviques, a centralização do poder político e o fortalecimento da burocracia, mesmo que inicialmente combatida, passou a ser contingencialmente fortalecida. Se podemos afirmar que esse foi um elemento concreto na construção do Estado Socialista Soviético, faz-se fundamental identificar as contingências históricas que concorreram de forma decisiva para tais desdobramentos.

Com a tomada do poder pelos revolucionários, é aprovado o Decreto de Paz que determinou a retirada imediata da Rússia da Primeira Guerra Mundial²⁰, assim como o Decreto da Terra, que aboliu a propriedade privada, iniciando um processo de reforma agrária sob controle dos camponeses. A partir de maio de 1918, grupos internos se levantam contra os bolcheviques, dando início ao Período da Guerra Civil, que se estenderia até 1922. Somente após essa guerra fratricida o Estado Soviético conseguiria se consolidar. Com o final da Primeira Guerra Mundial, em novembro de 1918, 14 países que compunham a Entente invadiram a Rússia para dar apoio ao Exército Branco. Os bolcheviques serão abandonados pelos mencheviques e pelos socialistas-revolucionários, sendo a vitória do Exército Vermelho possível devido ao massivo apoio dos

¹⁹ Mészáros (2002, p. 267-310) propõe a discussão sobre o conceito de *igualdade substantiva*. Ao apontar os limites e engodos reproduzidos pela ordem sociometabólica do capital, quando do tratamento do tema da igualdade, o autor caracteriza o pensamento liberal que o fundamenta como uma fraude ideológica, impregnada de generalizações abstratas, que tem como função primordial a reprodução da desigualdade realmente existente. Assim, pensar e defender uma forma de igualdade substantiva na ordem do capital é impossível. Da forma como entendemos, a organização dos Conselhos a partir de 1917, inaugurou a possibilidade da construção de uma forma de igualdade real e concretamente existente, substancialmente nova, ao atribuir ao conjunto dos trabalhadores a participação, decisão e execução dos destinos de suas vidas socialmente articuladas. Contudo, esse processo foi interrompido, como procuraremos argumentar adiante. José Paulo Netto (1990) apresenta uma importante contribuição ao tema ao discutir a *democracia método*, diferenciando-a da *democracia relação social*.

²⁰ A Alemanha só aceitou a retirada da Rússia após a assinatura do Tratado de Brest-Litovki (março de 1918), que impunha grandes perdas aos russos, principalmente a transferência dos territórios da Finlândia, Países Bálticos, Polónia, Bielorrússia e Ucrânia. Esse tratado seria cancelado quando da criação da República de Weimar, no final da Primeira Guerra.

trabalhadores e camponeses aos bolcheviques. No entanto, os resultados e as consequências da Guerra Civil foram catastróficos para os destinos da revolução (MARIE, 2017). Durante o confronto, todo o “esforço de guerra” exigia dos trabalhadores em geral – mais especificamente dos camponeses – sacrifícios enormes, que caracterizaram o período denominado como “Comunismo de Guerra”, onde a transferência da produção agrícola se tornou uma exigência para manutenção do Exército Vermelho²¹. Ao final do conflito, a Rússia se encontrava em um nível de desenvolvimento das forças produtivas equivalente aos finais do século XIX. A fome – que levou ao absurdo do desespero humano, através da prática de canibalismo –, as doenças, como a peste bubônica, o tifo e a Gripe Espanhola, além do rigoroso inverno, devastaram o país e sua população.

Some-se a esse contexto histórico interno, o fato de a revolução proletária na Alemanha (1918-1919) ter sido derrotada. Lenin, ao formular suas teses sobre a possibilidade da revolução nos “elos débeis da cadeia imperialista”, nunca perdeu de vista a necessidade da revolução proletária avançar em direção aos núcleos centrais do imperialismo. Pelo contrário, se o avanço do imperialismo aprofundava as contradições nas “franjas” do sistema capitalista, abrindo a possibilidade da revolução socialista nessas regiões, era fundamental, até mesmo vital, que o processo se estendesse internacionalmente para os países centrais, que já haviam alcançado pleno desenvolvimento das forças produtivas. Porém, como é sabido, isso não ocorreu, e a derrota dos comunistas alemães condicionou a Revolução Bolchevique ao isolamento.

Durante o período da Guerra Civil, a composição política do governo revolucionário deu os primeiros passos no sentido da centralização do poder, o que necessariamente concorria para o esvaziamento do poder dos Conselhos. A partir de 1922, com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em substituição ao Conselho do Comissariado do Povo – criado a partir do Soviete de Petrogrado, após a tomada do poder – essa tendência à centralização se acentuou, principalmente pelo poder do Politburo, Comitê Executivo e órgão de direção do governo.

²¹ O livro de Jean-Jacques Marie (2017) propõe uma importante discussão sobre as revoltas camponesas e a participação de Exércitos “Verdes”, além das forças militares historicamente conhecidas, os Vermelhos e os Brancos.

A alternativa encontrada para promover o desenvolvimento das forças produtivas na Rússia, não sem grandes e polêmicos debates no interior do órgão de comando do Estado, foi a Nova Política Econômica (NEP), implementada a partir de 1921²². A proposta de Lenin, que apontava a necessidade de uma fase de desenvolvimento das forças produtivas, onde práticas capitalistas seriam permitidas com o controle do Estado, deu origem a tese do “capitalismo de Estado sob o poder soviético”. Esta proposta viria a ser consumada, e implicava numa concentração de poderes políticos em torno do Estado, com vistas ao controle da produção. Paralelamente a esse processo, a luta interna no Partido Comunista da União Soviética projetava o grupo político que se reunia em torno de Stálin.

O que se observa a partir da década de 1920 é um processo crescente de “fusão” do PCUS à estrutura burocrática do Estado e vice-versa. Portanto, no quadro das lutas de classes na URSS, qualquer ataque ou crítica ao Partido Comunista passou a significar um ataque ao próprio Estado Soviético e a revolução em curso. Da mesma forma, o controle sobre a produção exigiu a centralização do poder político, uma vez que as classes envolvidas possuíam interesses específicos – principalmente os camponeses – que nem sempre coincidiam com as necessidades do processo revolucionário.

De qualquer forma, observamos que tais contingências históricas levaram ao esvaziamento dos Conselhos, concomitantemente à centralização política sumariamente descrita acima.

APONTAMENTOS PARA FUTURAS REFLEXÕES

A leitura e o debate sobre a prática dos Conselhos, sua forma de organização e seus desdobramentos, parece-nos da mais atual e urgente relevância. O texto que aqui apresentamos se concentrou na experiência soviética. De qualquer forma, é preciso não perdermos de vista que a experiência dos Conselhos teve lugar em outros países, contando com a

²² O debate sobre a NEP foge ao escopo do presente artigo. A bibliografia sobre o assunto é bastante vasta. Para uma primeira aproximação o livro de Antonio Roberto Bertelli (1999) é uma importante contribuição.

análise de revolucionários que experimentaram vivamente tais processos²³. Da forma como entendemos, esse é um debate teórico-prático em aberto – e é bom que assim seja -, pois implica em reconhecermos as possibilidades da experiência histórica como referencial para ações na realidade presente.

Em seu texto *O processo de democratização*, Lukács (2008) chama a atenção para a necessidade de discutirmos a experiência soviética a partir de seu contexto e contingências históricas. Nessa ampla e profunda análise sobre a transição socialista, o filósofo húngaro aponta para o fato de que a democracia no período da transição socialista deveria absorver novos contornos, reproduzindo uma nova forma de governo. Além disso, ao se referir à necessidade de uma ampliação constante de práticas democráticas em todas as relações da vida cotidiana, alerta que tal processo está diretamente vinculado a construção de uma nova forma de subjetividade, portanto uma práxis-educativa que eleve as condições de consciência de mulheres e homens. Os Conselhos foram o embrião dessa nova forma, mas foram “demolidos” e “Com tal demolição, perdeu-se o caráter de sujeito das massas trabalhadoras no desenvolvimento da sociedade” (LUKÁCS, 2008, p. 169).

A democracia burguesa explicita cotidianamente todos seus limites, desvelando seu caráter de classe e, portanto, sua forma autocrática de dominação sobre o conjunto dos trabalhadores. A luta pela construção de uma nova hegemonia, que aponte à perspectiva da revolução e transição socialistas, passa necessariamente pela compreensão da experiência dos Conselhos, como forma criativa de construção da democracia socialista.

REFERÊNCIAS

BERTELLI, A. R. *Capitalismo de Estado e socialismo: o tempo de Lenin*. São Paulo: IPSO, 1999.

KRAUSZ, T. *Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOSIC, K. *El individuo y la historia*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1991.

²³ Importante trabalho sobre a temática, que traz textos fundamentais sobre a discussão, é aquele organizado por Milton Pinheiro e Luciano Martorano *Teoria e Prática dos Conselhos Operários* (2013), por nós aqui já mencionado.

- LENIN, V. *O Estado e a Revolução*. Obras Escolhidas. Tomo 3. Lisboa: Edições Avante, 1985a.
- LENIN, V. *Sobre a dualidade de poderes*. Obras Escolhidas. Tomo 3. Lisboa: Edições Avante, 1985b.
- LENIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Obras Escolhidas. Tomo 2. Lisboa: Edições Avante, 1984.
- LENIN, V. *El Programa Agrário de la Socialdemocracia en la Primera Revolucion Rusa de 1905-1907*. Obras Completas. Tomo XVI. Moscou: Editora Progreso, 1983.
- LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MARIE, J.-J. *História da Guerra Civil Russa – 1917-1922*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARTORANO, L. C. *Conselho e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Xamã, Anita Garibaldi, 2002.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, K. *O capital*. Livro I. Capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- MAZZEO, A. C. Possibilidades Lenineanas para uma Paidéia Comunista. In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (org.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 31 - 55.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- NETTO, J. P. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- NETTO, J. P. Introdução. In: LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 7-21.
- PINHEIRO, M. Apresentação. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 9 - 45.
- PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

REED, J. *10 dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Editora Global, 1978.

REED, J. A estrutura do sistema soviético (fragmentos). In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 189 – 192.

TROTSKY, L. *História de la Revolución Russa*. Buenos Aires: RyR, 2007.

TROTSKY, L. O conselho de deputados operários e a revolução. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 59 – 76.

VICO, G. *Princípios de (uma) ciência nova (acerca da natureza comum das nações)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.